

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A

CNPJ: 07.163.211/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, colocamos à disposição de V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. - Previmax, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A Previmax é uma seguradora do ramo de seguros e previdência, pertencente ao Grupo Bonsucesso e controlada pelo Banco BS2 S.A. Belo Horizonte – MG, 27 de fevereiro de 2020. **A Administração.**

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)				
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
ATIVO				
CIRCULANTE	88.069	88.246	65.583	66.543
Disponível (nota 4)	5	53	361	383
Caixa e Bancos	5	53	5	7
Aplicações (nota 5)	87.642	87.907	356	376
Outros créditos operacionais (nota 6)	422	286	513	211
ATIVO NÃO CIRCULANTE	306	337		
Investimentos	177	173	513	211
Participações societárias	177	173	64.709	65.949
Imobilizado (nota 7)	66	84	64.709	65.949
Bens móveis	56	36	-	25
Outras imobilizações	10	48	-	25
Intangível (nota 7)	63	80	-	25
Outros intangíveis	63	80	-	25
Total do Ativo	88.375	88.583	88.375	88.583

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2019	15.000		7.015	335	22.350
Lucro líquido do semestre	-	-	-	442	442
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	39	(39)	-
Reserva estatutária	-	-	554	(554)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	-	184	(184)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.000		7.792		22.792
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.200	4.800	5.963		20.963
Aumento de capital aprovado pela Portaria SUSEP/DJORG nº 819 de 12/03/2018	4.800	(4.800)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.052	1.052
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	53	(53)	-
Reserva estatutária	-	-	750	(750)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	-	249	(249)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.000		7.015		22.015
Lucro líquido do exercício	-	-	-	777	777
Proposta para distribuição do Resultado	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	39	(39)	-
Reserva estatutária	-	-	554	(554)	-
Reserva Especial para Dividendos	-	-	184	(184)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.000		7.792		22.792

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais, exceto indicação em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte – MG, autorizada a operar com seguros de pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, em todo o território nacional. A Entidade foi constituída por AGC de 08.09.2004 e autorizada a operar através da Portaria da Superintendência de Seguros Privados (Susep) nº 2.064, de 13 de dezembro de 2004. Processo nº 15414.003365/2004-33. Em 20 de junho de 2005, a Entidade obteve aprovação da Susep para operar com o Plano de Previdência Complementar Aberta, na modalidade Plano Individual de Pecúlio por Morte, conforme Processo nº 15414.001885/2005-92, iniciando as vendas em agosto de 2005. Desde setembro de 2015, a Previmax não possui mais riscos, tendo em vista que os contratos deste plano se encontram todos cancelados. Em janeiro de 2006, passou a operar com o Convênio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, para as categorias 1, 2, 9 e 10 e categorias 3 e 4, conforme Processo Susep nº 15414.004917/2005-10. Com a edição da Resolução CNSP nº 332/2015, foi unificada a operação do Seguro DPVAT, tendo o Consórcio que opera nas categorias 1, 2, 9 e 10 absorvido o Consórcio das categorias 3 e 4, sendo tais atos ratificados pelas seguradoras consorciadas. O consórcio DPVAT é administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., designada para praticar todos os atos necessários à execução das operações do Seguro DPVAT, em estrita observância as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por Circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep nº 517/2015 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos Pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Abrangente por não existir resultados abrangentes no período.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis são:

a. Apuração do Resultado: As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência. **b. Ativo e Passivo Circulante:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste de ativo para o valor de mercado ou de realização. Mensalmente, é procedida a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulantes, com o objetivo de transferir para o Não Circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. **c. Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da Entidade, atendendo aos seguintes critérios: **• Valor justo por meio do resultado** – quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimento. Os instrumentos financeiros com esta classificação são apresentados no ativo circulante e os ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do período; **• Disponíveis para venda** – os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários; e **• Mantidos até o vencimento** – são apresentados no ativo circulante e não circulante da Entidade, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis intermediárias, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **d. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro** - A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$240 mil ao ano, e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido calculada à alíquota de 20% sobre o lucro líquido antes do imposto de renda até dezembro de 2018, e de 15% a partir de janeiro de 2019, de acordo com Lei nº 13.169/15. **e. Estimativas Contábeis** - A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados com base em estimativa. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem, dentre outros: os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá ser feita por valores diferentes dos registrados em função das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as premissas e cenários utilizados na determinação das estimativas, pelo menos, trimestralmente. **f. Redução ao Valor Recuperável** – Impairment – Conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. **g. Do Registro Contábil do DPVAT** - A movimentação financeira relativa à operação do seguro DPVAT é efetuada pela Seguradora Líder – DPVAT, a saber: i. O segurado paga o prêmio no banco, que credita em conta corrente exclusiva para operações do seguro DPVAT, com CNPJ da Seguradora Líder; ii. A Seguradora Líder registra a operação e emite o bilhete, repassando a informação correspondente ao respectivo Consórcio, sem movimentação financeira, constituindo, nesse ato, um crédito a favor do Consórcio, por

conta dos prêmios recebidos; e iii. O Consórcio registra a operação e repassa a informação para as consorciadas, também sem movimentação financeira, autorizando a liquidação da operação pela Seguradora Líder com os recursos recebidos do segurado. **h. Teste de adequação dos passivos (TAP)** - De acordo com o artigo 45 da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a PREVIMAX deverá "...elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos e certificados...". O resultado do TAP tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos em suas operações. Entretanto, considerando-se que o único plano de previdência (benefício de pecúlio/RS) que a Entidade operava não possui mais contratos em vigor desde setembro de 2015, considerando-se que atualmente não há mais obrigações relativas a este plano e considerando-se ainda que o TAP não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo DPVAT, não houve necessidade de realizar-se o estudo atuarial do TAP para a data-base de 31/12/2019, ficando a Entidade, portanto, dispensada da apresentação do respectivo relatório.

4. DISPONIBILIDADES

Registram a existência de numerários, de propriedade da Sociedade, em poder de Instituições Financeiras, a saber:

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
• Banco BS2 S.A.	5	53
Total – RS	5	53

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários encontram-se registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, até a sua liquidação financeira e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, assim demonstrados:

Aplicação	Exercício findo em			
	31.12.19	%	31.12.18	%
• Bradesco FI RF Consórcios DPVAT	13.502	15,41	12.802	14,56
• BB FI RF Consórcios DPVAT	22.033	25,14	19.756	22,47
• CEF FI RF Consórcios DPVAT	5.300	6,05	6.995	7,96
• Icatu FI RF Consórcios DPVAT	2.422	2,76	3.419	3,89
• Safra FI RF Consórcios DPVAT	9.544	10,89	8.321	9,47
• Mapfre FI RF Consórcios DPVAT	3.649	4,16	4.182	4,76
• Porto FI RF Consórcios DPVAT	6.976	7,96	7.326	8,33
• Santander FI RF Consórcios DPVAT	1.385	1,58	3.194	3,63
Total dos Fundos Soberanos DPVAT	64.811	73,95	65.995	75,07
• BS2 Butiá Ex Fic Fim	14.131	16,12	13.109	14,91
Total do Fundo Multimercado	14.131	16,12	13.109	14,91
Quotas de Fundos de Investimentos	78.942	90,07	79.104	89,99
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.700	9,33	8.803	10,01
• Títulos de Renda Fixa – Públicos	8.700	9,33	8.803	10,01
Total da Carteira – RS	87.642	100,0	87.907	100,0

Os títulos e valores mobiliários estão devidamente classificados pelo custo de aquisição e ajustados como segue:

Categoria e Natureza	Data Venc.	Taxa de Juros	Valor de Mercado	Valor da Curva
	• Quotas de Fundos. Investimentos			78.942
• Letras Financeiras Tesouro – LFT	01/09/2020	Anbima	670	670
• Letras Financeiras Tesouro – LFT	01/03/2021	Anbima	7.957	7.957
• Letras Financeiras Tesouro – LFT	01/03/2022	Anbima	73	73
Valor justo por meio do resultado			87.642	87.642
Total da Carteira – RS			87.642	87.642

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário ANBIMA como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais.

A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

	Exercício findo em				Exercício findo em
	31.12.18	Aplicações	Resgates	Transf.	
• Letras Financeiras Tesouro – LFT	8.803	20	(622)	-	499
• Fundos Soberanos DPVAT	65.995	2.572	(11.165)	3.125	4.284
• Fundo Multimercado	13.109	-	-	-	1.022
Valor justo por meio do resultado	87.907	2.592	(11.787)	3.125	5.805
Total – RS 1.000	87.907	2.592	(11.787)	3.125	5.805

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES

Refere-se ao resultado mensal acumulado com as operações do Consórcio DPVAT, com distribuição de 50% deste valor no mês subsequente da apuração e o restante no início do exercício seguinte, após aprovação pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e reembolso de valores com ações judiciais, conforme demonstrado:

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
• Seguro DPVAT - Consórcios 1 e 2	95	76
• Reembolso de ações judiciais	210	210
• Resultado retido do TAC	117	-
Total – RS	422	286

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações)			
	Semestre findo em		Exercício findo em
	31.12.19	31.12.18	
Prêmios emitidos	2.549	7.918	17.173
Variações das provisões técnicas de prêmios	321	(450)	(73)
Prêmios ganhos	2.870	7.468	17.100
Receita em emissão de apólices	788	2.181	1.991
Sinistros ocorridos	(1.842)	(5.721)	(13.913)
Custos de aquisição - seguros	(1)	(2)	(206)
Outras receitas e despesas operacionais - seguros	(747)	(1.478)	(1.918)
Outras receitas e despesas operacionais - previdência	25	25	-
Despesas administrativas	(1.052)	(2.347)	(2.155)
Despesas com tributos	(89)	(281)	(626)
Resultado financeiro	764	1.399	1.424
Resultado patrimonial	1	11	146
Resultado operacional	717	1.255	1.843
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	-	(51)
Resultado antes dos impostos e participações	717	1.255	1.792
Imposto de renda (nota 18)	(168)	(290)	(400)
Contribuição social (nota 18)	(107)	(188)	(340)
Lucro líquido	442	777	1.052
Quantidade de ações	13.120.700	13.120.700	13.120.700
Lucro líquido por ação	0,03	0,06	0,08

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)			
	Semestre findo em		Exercício findo em
	31.12.19	31.12.18	
MÉTODO DIRETO			
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	-	278	1.490
Pagamentos de despesas e obrigações	(63)	(155)	(181)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	-	-	(1)
Outros pagamentos operacionais	-	-	(10)
Recebimentos de juros e dividendos	-	11	146
Caixa gerado (consumido) pelas operações	(63)	134	1.444
Impostos e contribuições pagos	(91)	(784)	(1.762)
Investimentos financeiros:			
Aplicações	-	(20)	(19.373)
Vendas e resgates	144	622	15.145
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(10)	(48)	(4.546)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de Dividendos	-	-	(8.000)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10)	(48)	(12.546)
Caixa e equivalentes no início do período	15	53	12.599
Caixa e equivalentes no final do período	5	5	53
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10)	(48)	(12.546)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

7. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Consórcio DPVAT. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

O Intangível corresponde a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos do Consórcio DPVAT, tais como despesas com desenvolvimento para sistemas de computação e serão amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos.

Estão assim representados:

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Imobilizado:		
• Equipamentos	176	165
• Móveis, máquinas e utensílios	39	35
• Veículos	5	5
• Beneficiárias em imóveis de terceiros	177	170
• Depreciações e amortizações acumuladas	(331)	(291)
Total do Imobilizado – R\$	66	84
Intangível:		
• Desenvolvimento de sistemas de computação	188	178
• Amortização acumulada	(125)	(98)
Total do Intangível – R\$	63	80

8. CONTAS A PAGAR

Estão assim demonstrados:

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Obrigações a pagar	5	7
• Fornecedores pessoas jurídicas	5	6
• Aluguéis a pagar	-	1
Provisão para impostos e contribuições	356	376
• Imposto de renda	290	401
• Contribuição social	188	340
• Cofins	-	39
• Pis	-	6
• (-) Antecipação de imposto de renda	(82)	(238)
• (-)		

PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A

CNPJ: 07.163.211/0001-94

11. PROVISÕES PARA PASSIVOS ORIUNDOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Movimentação dos passivos do plano de previdência
 Conforme já comentado, uma vez que não há mais riscos em vigor desde setembro de 2015 relativos ao plano de pecúlio/RS anteriormente operado pela Entidade, não houve necessidade de constituir-se provisões técnicas para este fim no decorrer deste exercício.

12. APLICACÃO INICIAL DO CPC 43
Divulgações adicionais requeridas pela Circular SUSEP 517/2015
 Tendo em vista que a PREVIMAX não comercializa contratos de seguros, fica a mesma dispensada da divulgação de suas referidas bases técnicas.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. RISCOS DE SEGURO

a.1. Análise Qualitativa

Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos
 A Entidade tem sua atuação junto ao mercado de seguros exclusivamente amparada nas operações do ramo DPVAT, o qual não é objeto de realização do TAP, por força normativa. Cabe salientar que a PREVIMAX operou um único plano de previdência, com benefício de pecúlio vitalício, estruturado no regime de repartição simples, o qual não possui mais riscos em vigor em 31/12/2019, uma vez que todos os contratos relativos a este plano se encontram cancelados desde setembro de 2015. A Entidade concentra em sua estrutura financeira/contábil a responsabilidade em relação ao controle dos capitais de risco e o decorrente acompanhamento de sua solvência. Em consequência da extinção da carteira de pecúlio, não opera com repasse de riscos sob nenhuma modalidade. A PREVIMAX define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Como todos os contratos relativos à carteira de pecúlio da Entidade foram cancelados e atualmente não se observam obrigações decorrentes dos mesmos, conclui-se que não há mais riscos em vigor na data-base. **a.2. Análise Quantitativa - Análise de sensibilidade e concentração de risco**
 Considerando que a Entidade opera exclusivamente com o ramo DPVAT e com o objetivo de divulgar seu parâmetro financeiro de receita referente ao exercício de 2019, o quadro abaixo apresenta a composição de sua arrecadação, para efeito comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior.

Planos	Arrecadação 2019		Arrecadação 2018	
	R\$	%	R\$	%
Convênio DPVAT	7.918	100,0%	17.173	100,0%
Total - RS	7.918	100,0%	17.173	100,0%

Fonte: Quadro 23 do FIP

Considerando-se a extinção da carteira de pecúlio e o fato de não haver mais riscos em vigor na data-base de 31/12/2019, não se detectou, tecnicamente, razões para proceder-se a testes de sensibilidade.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está assim demonstrado:
a. O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$15.000, representados por 13.120.700 ações ordinárias sem valor nominal. A posição acionária da Sociedade pode ser assim demonstrada:

Participações em Ações:	Ações	%
Banco BS2 S.A.	13.094.460	99,80
Paulo Henrique Pentagna Guimarães	13.120	0,10
Gabriel Pentagna Guimarães	13.120	0,10
Total	13.120.700	100,00

b. Reservas de Lucros:

• Reserva Legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado, até que perça 20% do capital social, totalizando R\$1.030 em 31.12.19. • Reserva Especial para Dividendos - constituída à base de 25% do lucro líquido apurado, para pagamento de dividendos aos acionistas, totalizando R\$870 em 31.12.19. • Reserva Estatutária - constituída com o saldo final do lucro líquido, para formação de reserva para aumento de capital, cujo saldo não podendo exceder a 80% desse capital social, totalizando R\$5.892 em 31.12.19. e **Resultado do Exercício** - A Sociedade apurou um lucro líquido no exercício de R\$777 (R\$1.052 em 31.12.18). A destinação do resultado é registrada no final do exercício, segundo a proposta da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

15. RAMOS DE ATUAÇÃO

A Sociedade apresentou os seguintes valores por ramos de atuação:

Ramo	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
88 - DPVAT	-	-
Prêmios ganhos	7.469	17.100
Sinistros retidos	(5.721)	(13.913)
Despesas de comercialização	(2)	(206)
Índice de sinistralidade - %	76,60	81,36

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

No exercício de 2019 a Entidade vinha debatendo judicialmente duas ações judiciais, sendo que uma delas foi encerrada em julho/19. Diante disso, baseado em nossos advogados, consideramos remota a chance de perda da única ação discutida pela Entidade. O detalhamento em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

Quantidade	Valores envolvidos no processo em RS	
	Provisionado	Discutido
• Chances de perdas remotas	1	-
Total	1	-

A movimentação no exercício foi a seguinte:

Provisão	Adições		Baixas		Saldo em 31.12.19
	Consti- tuições	Atualiza- ções	Paga- mento	Reversão	
Cíveis	25	-	-	(25)	-
Total	25	-	-	(25)	-

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As principais contas de resultado apresentavam os seguintes saldos:

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Sinistros ocorridos	(5.721)	(13.913)
• Indenizações avisadas de consórcios e fundos	(11.108)	(9.984)
• Despesas com sinistros de consórcios e fundos	(3.709)	(4.242)
• Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	9.096	313
• Custo de aquisição	(2)	(206)
• Comissões sobre prêmios	(2)	(206)
• Outras receitas e despesas operacionais	(1.478)	(1.918)
• Outras receitas do consórcio DPVAT	62	476
• Despesas com cobrança do consórcio DPVAT	(1.360)	(2.051)
• Outras despesas do consórcio DPVAT	(180)	(343)
• Despesas administrativas	(2.347)	(2.155)
• Despesas com serviços de terceiros	(63)	(50)
• Despesas com localização e funcionamento	(6)	(24)
• Despesas com publicações	(31)	(44)
• Outras despesas administrativas	(279)	(11)
• Despesas administrativas do convênio DPVAT	(1.968)	(2.026)
• Despesas com tributos	(281)	(626)
• IPTU	-	(1)
• Contribuições para a Cofins	(89)	(384)
• Contribuições para o PIS	(14)	(63)
• Taxas de fiscalização	(178)	(178)
• Resultado financeiro	1.399	1.424
• Receitas com títulos de renda fixa	529	1.244
• Receitas financeiras do consórcio DPVAT	114	174
• Receitas com fundos de investimentos	1.119	98
• Receitas com fundos de investimentos - DPVAT	4.284	4.138
• Despesas financeiras com renda fixa	(127)	(15)
• Capitalização das provisões técnicas	(4.284)	(4.138)
• Despesas financeiras do consórcio DPVAT	(177)	(21)
• Outras despesas financeiras	(59)	(56)
• Receitas patrimoniais	11	146
• Dividendos e rendimentos	11	146

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.19		31.12.18	
	Imposto de Contribuição social	Imposto de Contribuição social	Imposto de Contribuição social	Imposto de Contribuição social
Resultado antes dos impostos e contribuições	1.255	1.255	1.792	1.792
(-) Contribuição social	(188)	-	(340)	-
(+) Adições	188	-	390	50
(-) Exclusões	-	-	(145)	(145)
Base de cálculo	1.255	1.255	1.697	1.697
Tributos	290	188	400	340
(-) Incentivos fiscais	-	-	-	-
Total dos Tributos	290	188	400	340

19. DEMONSTRATIVO DE CAPITAL REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

A adequação do capital da Sociedade está assim demonstrada:

Composição	31.12.19		31.12.18	
	Ajustes Contábeis	-	-	-
Patrimônio líquido contábil	22.792	22.015	-	-
(-) Participações societárias	(177)	(173)	-	-
(-) Ativos intangíveis	(63)	(80)	-	-
Patrimônio líquido ajustado - subtotal	22.552	21.762	-	-

Capital base 15.000 15.000
 Capital de risco 3.742 2.801
 Capital adicional de risco de subscrição - -
 Capital adicional de risco de crédito 1.130 -
 Capital adicional de risco operacional 265 -
 Capital adicional de risco de mercado 3.017 2.801
 Benefício da diversificação (671) -
 Capital mínimo requerido 15.000 15.000
 Suficiência de capital - R\$ 7.552 6.762
 Solvência 50,35% 45,08%

Tendo em vista a alteração no § único do art. 66 da Resolução CNSP nº 321/2015, trazida pela Resolução CNSP nº 360/2017, as supervenientes das que operem exclusivamente no ramo de seguro DPVAT estão dispensadas da exigência que se refere à liquidez em relação ao CR - Capital de Risco, a partir de 31/12/2017.

20. GESTÃO DE RISCO

a. Gerenciamento de Capital
 Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito da Entidade, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos. No gerenciamento de capital, a Entidade mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

b. Gerenciamento de Risco
 A gestão de riscos da Entidade está alinhada a política do Conglomerado Bonsucesso e reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

I - Risco de Mercado

- É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Grupo Bonsucesso, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (commodities). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (Value at Risk) são definidos pela Alta Administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de Crédito

- É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

III - Risco de Liquidez

- É o risco da Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV - Risco Operacional

- É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A Entidade considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e, consequentemente, na redução do comprometimento do capital.

21. COMPLIANCE

A Entidade mantém pessoal especializado de Consultoria, no intuito de aferir a manutenção de seus procedimentos de controles internos, e atendendo às determinações da SUSEP, inclusive quanto ao trabalho de Auditoria Interna.

Todos os procedimentos necessários ao pleno atendimento às normas da SUSEP foram observados, estando a Entidade resguardada por controles internos implantados, inclusive disponibilizados, via Intranet, para todos os colaboradores, seja através de manuais, organogramas e fluxogramas para praticamente todas as áreas administrativas e operacionais, buscando o atendimento às determinações previstas naquele normativo.

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Pentagna Guimarães, Diretor Técnico
 Gabriel Pentagna Guimarães, Diretor de Relações
 Francisco Ferreira Neto - Diretor de Controles Internos

CONTROLADORIA

José Luiz de Souza Leite, Contador - CRCMG 48.029/O-0

ATUÁRIO TÉCNICO RESPONSÁVEL

ALM - Consultoria Atuarial, CIBA - 102

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A.**
 Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2020.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Audidores Independentes
 CRCMG - 757

Alessandra Nascimento da Silva Cadar
 Contadora CRCMG - 79.000

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(Companhia Aberta)
 CNPJ/MF nº 09.149.503/0001-06 - NIRE
 31.300.093.10-7 | Código CVM: 02342-6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2020

1. DATA, HORA E LOCAL. Realizada no dia 07 de fevereiro de 2020, às 9 horas, no escritório da Omega Geração S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Torre 2, 6º andar, Conjunto 62, Itaim Bibi, CEP 04543-900. 2. CONVOCAÇÃO. Convocação enviada nos termos do art. 34, § 1º, do estatuto social da Companhia. 3. PRESENÇA. Presentes membros do conselho de administração representando 87,5% (oitenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) de sua composição. 4. MESA. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. José Carlos Reis de Magalhães e secretariados pela Sra. Lívia Mariz Junqueira. 5. ORDEM DO DIA. Reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) aprovar o plano anual da Companhia e o plano anual de comercialização de energia para o exercício social de 2020, bem como o plano de negócios de cinco anos da Companhia, contendo os principais pontos estratégicos e orientando os negócios da Companhia entre os anos de 2020 e 2024 ("Plano Anual"); (b) Plano Anual de Comercialização de Energia e "Plano de Negócios"; (c) aprovar o orçamento anual para o exercício de 2020 e o orçamento plurianual da Companhia; (d) aprovar a concessão de anuidade pela Companhia para implantação de projetos eólicos, por empresas de seu grupo econômico, que devem gerar efeito esteira nos parques eólicos Delta 1 e Delta 2 da Companhia, condicionada ao recebimento de indenização calculada de acordo com metodologia de precificação em transações anteriores; e (d) aprovar, condicionada à conclusão da combinação de negócios para transformação da CEA III - Centrais Eólicas Assurua III SPE S.A. ("CEA III") em subsidiária integral da Companhia ("Combinação de Negócios"), a outorga de garantias fiduciárias pela Companhia na forma de fiança, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e facultades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333 § único, 364, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código

Civil"), e nos artigos 130 e 794, da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro"), em garantia a todas as obrigações, anteriores à Combinação de Negócios, assumidas pela CEA III e suas subsidiárias Parque Eólico Laranjeiras III S.A. e Parque Eólico Laranjeiras IX S.A. ("SPEs CEA III") perante toda e qualquer toda e qualquer instituição financeira, seguradora e toda e qualquer instituição/órgão/empresa pública ou privada ("Garantias CEA III"). 6. DELIBERAÇÕES. Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas e/ou ressalvas, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram: 6.1. Aprovar, conforme material apresentado ao Conselho de Administração nesta data, o Plano Anual, o Plano Anual de Comercialização de Energia e o Plano de Negócios da Companhia. 6.2. Aprovar, conforme material apresentado ao Conselho de Administração nesta data, o orçamento anual para o exercício de 2020 e o orçamento plurianual da Companhia. 6.3. Aprovar a concessão de anuidade pela Companhia para implantação de projetos eólicos, por empresas de seu grupo econômico, que devem gerar efeito esteira nos parques eólicos Delta 1 e Delta 2 da Companhia, condicionada ao recebimento de indenização calculada de acordo com metodologia de precificação em transações anteriores. 6.4. Aprovar, condicionada à conclusão da combinação de negócios para transformação da CEA III em subsidiária integral da Companhia, a outorga das Garantias CEA III. 7. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo, 07 de fevereiro de 2020. Mesa: José Carlos Reis de Magalhães Neto - Presidente; Lívia Mariz Junqueira - Secretária. Membros do Conselho de Administração presentes: José Carlos Reis de Magalhães Neto; Antonio Augusto Torres de Bastos Filho; Eduardo Silveira Mufarej; Gustavo Barros Mattos; Kristian Schneider Huber; Eduardo de Toledo e Gustavo Rocha Gattass. A presente ata é cópia fiel da versão lavrada em livro próprio São Paulo, 07 de fevereiro de 2020. Assina o documento de forma digital: José Carlos Reis de Magalhães Neto - Presidente. Assina o documento de forma digital: Lívia Mariz Junqueira - Secretária. JUCEMG sob o nº 7740311 em 28/02/2020. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

PRIME ESTATES INVESTIMENTOS

IMOBILIÁRIOS SPE S.A.

CNPJ: 19.454.443/0001-80 - NIRE: 31300106624

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar em 20 de Março de 2020

São convocados os senhores acionistas da PRIME ESTATES INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar às 14:30 horas, do dia 20 de março de 2020, na sede da Companhia, localizada na Rua Antonio de Albuquerque 715, sala 01, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112.010, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (1) a apreciação de proposta para alienação de parte dos ativos imobiliários da Companhia, devidamente identificados na referida proposta, para Fundo de Investimento Imobiliário, e, em caso de aprovação da referida alienação, a celebração de contratos de mútuo com acionistas da Companhia, tendo por objeto a transferência dos